

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

FRONTEIRAS DA HISTÓRIA

Lana Lage da Gama Lima
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Após refletir sobre as inúmeras abordagens que o tema proposto para essa conferência, permite, escolhi tecer algumas considerações sobre as relações que a historiografia do nosso século vem estabelecendo com as outras ciências do social, destacando as diferentes formas com que a questão da cientificidade ou não do conhecimento histórico tem se colocado, a cada vez que a História precisa delimitar suas fronteiras em relação aos outros campos do saber, redefinindo não apenas seus objetos de investigação, mas também as teorias, métodos e técnicas de que se vale para estudá-los.

É consenso que uma das marcas mais características do que Peter Burke chamou de “Revolução Francesa da Historiografia” – movimento que efetivamente influenciou grande parte da historiografia ocidental contemporânea - foi a interdisciplinaridade, defendida pelos historiadores ligados aos *Annales* desde a sua fundação¹. Numa conferência intitulada “Vivre l’Histoire”, reunida posteriormente no livro *Combats pour l’Histoire*, publicado em 1953, Lucien Febvre exortava os jovens que se preparavam para o exercer o ofício: “Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas também, e sociólogos e psicólogos; não fechem os olhos ao grande movimento que, perante vós, transforma num ritmo vertiginoso as ciências do universo físico”².

E tendo a concordar com Burke, quando este afirma que a ampliação do território da História e as trocas interdisciplinares daí decorrentes, constituíram a mais importante contribuição dos *Annales* para a historiografia do nosso tempo³. Decidi, então, ater-me à historiografia francesa influenciada pelos *Annales*, e seus herdeiros fora da França, para examinar esse processo de redefinição das fronteiras da História; até porque, além de ser a

que melhor conheço, é a que tem tido, ultimamente, maior influência sobre os historiadores brasileiros.

A primeira fronteira demarcada pelos *Annales* não foi, no entanto, com outras ciências, mas com a própria História, tal como predominava na França nos anos 20, e que recebera de Henri Berr o epíteto de *Histoire historisante*.

Num texto de 1947, também incluído posteriormente nos *Combats*, ao comentar o recém publicado livro de Louis Halphen, intitulado *Introduction à l'Histoire*, Febvre acusa o autor de considerar a sua maneira de fazer História como a única correta. E, poeticamente, critica essa pretensão afirmando que não é à Clio universal que o livro é oferecido, “à Clio que abriga sob as dobras de seu *peplum*, todas as formas, todas as variedades, todas as diversidades das escolas históricas, assim como a Virgem misericordiosa abrigava sob o seu manto todos os representantes válidos da cristandade”⁴.

Subjacente ao estabelecimento dessa fronteira entre duas práticas diferentes do fazer historiográfico, encontramos a discussão da cientificidade do conhecimento histórico. Contrariamente do que podem indicar certas interpretações mais superficiais, estamos diante de uma discussão epistemológica e não apenas metodológica. Ao criticar o método de trabalho de Halphen, desvelado pelos títulos dos capítulos de seu livro, – a saber: “O estabelecimento dos fatos”; “A coordenação dos fatos” e “A exposição dos fatos” – Febvre discute o que poderíamos chamar de ingenuidade epistemológica de cunho positivista do autor, já expressa em consagrado manual do método crítico, publicado em 1897 por dois professores da Sorbonne, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, com o título *Introducion aux Études Historiques*.

Emblemática dessa convicção sobre a objetividade do saber histórico é a famosa frase de Leopold von Ranke: “apenas mostrar como realmente aconteceu”; a qual, embora constitua uma simplificação do pensamento rankeano acerca da cientificidade da História, tornou-se uma bandeira para grande parte da historiografia do século XIX e início do XX.

Com efeito, o Historicismo, apoiado no método crítico, parecia ter dado conta de um antigo problema da História: conse-

guir seu reconhecimento como saber científico. Afinal, desde o surgimento do racionalismo moderno, com Descartes, o conhecimento histórico parecia estar fadado a correr às margens da ciência, e as tentativas de adaptá-lo às exigências racionalistas – levadas a efeito pela Filosofia da História no século XVIII – não haviam resolvido aquilo que constituiu a grande questão colocada pelo processo histórico ao paradigma newtoniano de conhecimento científico: a inteligibilidade da sucessão histórica. Ao conceber o mundo de forma mecanicista, ao procurar uma essência humana em meio à diversidade dos povos e ao considerar o processo histórico regido por uma razão universal, os filósofos racionalistas da História, como Montesquieu ou Voltaire acabaram tendo seu pensamento criticado como anti-histórico.

Seria o Historicismo alemão do século XIX que, influenciado pelas formulações de Vico contra o cartesianismo, mas sem esquecer as lições do método científico, consolidado a partir da obra de Newton, estabeleceria as bases científicas da História, fundamentadas no método crítico, tal como se pratica até hoje.

Assim, a questão metodológica levantada por Febvre em relação ao livro de Louis Halphen tem nítidas implicações epistemológicas, pois discute também o papel do sujeito no conhecimento histórico. Referindo-se diretamente a Langlois e Seignobos, Febvre observa que eles, como outros seus contemporâneos, acreditavam na existência de fatos brutos, captados, e não construídos pelo historiador por meio de escolhas guiadas por pressupostos teóricos e opções metodológicas. Insiste Febvre: “Toda história é escolha. Não arbitrária. Preconcebida, isso sim.” E ainda: “(...) sem teoria prévia, sem teoria preconcebida não há trabalho científico possível”. Esta concepção de ciência que, ao enfatizar o papel do sujeito no conhecimento afirmando que “todas as ciências fabricam seu objeto”, contesta os princípios epistemológicos positivistas, estabelece de imediato uma fronteira entre a História praticada pelos jovens de Estrasburgo e aquela defendida pelos velhos historiadores que dominavam a Sorbonne⁵.

E se críticos posteriores, como os marxistas Alain Guerreau e Josep Fontana, acusam Febvre de ter construído propositalmente uma imagem deformada da História dominante na acade-

mia francesa de sua época, exagerando seus aspectos positivistas, com o intuito de valorizar a pretensa ruptura constituída pelos *Annales*, não há como negar que essa ruptura foi sendo cada vez mais reconhecida à medida em que as conseqüências da influência dos *Annales* na historiografia ocidental se fizeram sentir⁶.

E, ainda que acreditemos que, como denunciam Fontana e Guerreau, Febvre provocou uma guinada à direita na revista após o assassinato de Marc Bloch pelos nazistas, afastando a influência marxista predominante nos primeiros tempos e substituindo-a por uma “bricolage empirista”⁷, temos que reconhecer, por outro lado, a importância dos *Annales* e seus seguidores, para a contestação de um certo tipo de marxismo, caracterizado pelo determinismo econômico, que se não foi o marxismo de Marx, foi inegavelmente o mais vulgarizado.

A aproximação de George Duby com o marxismo althusseriano, por exemplo, constitui reflexo dessa questão, como se depreende da leitura do livro *Dialogues*, publicado em 1980, que tem um dos capítulos sugestivamente intitulado, “Marx e a água do banho”, no qual Duby afirma para Guy Lardreau, seu interlocutor, não ser possível acreditar na determinação do econômico quando se é medievalista e que por isso, a autonomia relativa dos níveis, proposta por Althusser, parecia-lhe atraente.

Deslizamos, assim, para outro problema de fronteiras, que, colocado desde a fundação da revista, repercutiu nas duas fases posteriores, denominadas por Peter Burke como a era braudeliana e a terceira geração: as fronteiras entre a História marxista e a História praticada pela *École des Annales*.

Novamente, encontramos subjacente a questão da cientificidade do conhecimento histórico. Pois a principal acusação feita pelos marxistas aos historiadores da *École* é justamente a pouca teorização, interpretada como sinal de pouca cientificidade.

De Guerreau e Fontana a François Dosse, passando no Brasil por Ciro Cardoso; da crítica ao “motor de três tempos” braudeliano à crítica da história “em migalhas” da terceira geração, essa questão constitui ainda hoje o grande elemento definidor da fronteira entre as duas concepções de História, já que o determinismo

econômico, outro elemento da polêmica, foi sendo abandonado pelos próprios marxistas.

Vejamos o que diz Fontana dos *Annales*:

Tudo se reduz, em suma, a uma crítica à investigação historicista e a uma vontade de abrir as janelas ao presente e as portas à colaboração com outras disciplinas que possam aportar ajuda com suas técnicas; à ampliação do campo de trabalho e à renovação dos métodos. Com isso se podia alcançar uma safra de trabalhos efetuados de acordo com as técnicas mais inovadoras, mas o resultado final seria uma acumulação incoerente de análises parciais, com as quais era muito difícil chegar a constituir explicações globais válidas⁸.

Segundo Fontana, para remediar esta situação é que Braudel teria criado seu esquema interpretativo, chamado por Guereau de “motor de três tempos”. O qual, no entanto, teria representado “um intento frustrado de introduzir coerência” no que classifica como “funcionalismo sem base teórica própria”, constituído pela *École dos Annales*⁹.

Do outro lado da fronteira, escrevendo sobre a longa duração, Braudel afirma: “O marxismo é um mundo de modelos”. E observa que, se ele se insurge contra esse esquematismo, não o faz como Sartre, em nome da individualidade, mas contra o uso que se tem feito dos modelos elaborados por Marx, que reconhece como “o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais e a partir da longa duração histórica”. O problema, para Braudel, era o uso que faziam desses modelos os que se acreditavam autorizados para isso, concedendo-lhes valor de lei, aplicável a todas as sociedades e a todos os tempos¹⁰.

A discussão sobre a amplitude e abrangência dos modelos explicativos será permanente na polêmica com o marxismo. E, se o desinteresse pela formulação de modelos teóricos globais pode ser verificado em muitos casos na historiografia produzida sob influência dos *Annales*, sobretudo na terceira geração, não há dúvida de que a procura da construção de uma síntese histórica, que levasse em conta todos os aspectos do social, e não simplesmente os políticos, foi uma das principais marcas dos *Annales* na época de sua fundação, sendo responsável por sua aproxima-

ção com as outras ciências sociais. Acreditando que as fronteiras entre essas ciências não deviam ser rígidas ou definitivas, os historiadores dos *Annales* estabeleceram desde o início um contínuo e profícuo diálogo com outras áreas de conhecimento, importando objetos, questões, conceitos, fontes, métodos e técnicas.

Essa ambição de dar conta de todos os aspectos da vida social, para construir uma síntese histórica global, é apontada por todos os que examinaram as idéias dos fundadores da *École*. Mas também é consenso que, ao ampliar suas fronteiras e incorporar elementos de outras ciências, o movimento historiográfico decorrente dos *Annales* produziu uma fragmentação dentro da própria disciplina, através da constituição de campos específicos de investigação, cada um com seu arsenal teórico e metodológico próprio. Assim é que se configuraram a história econômica, a social, a demográfica, a nova história política, e a história das mentalidades, com seus diferentes avatares, a história cultural, a história da vida privada, a história antropológica. Todas exigindo o estabelecimento de fronteiras internas, além das externas, com as outras ciências, como a Geografia, a Psicologia, a Economia, a Demografia, a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, das quais os *Annales* fizeram tantos empréstimos.

Diante de tamanha diversificação de objetos e abordagens, coloca-se uma questão inevitável: onde está a especificidade do olhar do historiador? Ou, perguntando de outra maneira, por onde passam hoje as fronteiras da História?

Talvez o caminho para resposta tão complexa seja pontuar algumas discussões surgidas dessas aproximações da História praticada pelos seguidores dos *Annales* com outras ciências, das quais resultou a multiplicação de seus campos de atuação e de seus métodos de ação.

Uma das primeiras influências seria a da Geografia Humana de Vidal de la Blache, que, em 1891, fundara os *Annales de Géographie*, incentivando o diálogo com historiadores e sociólogos. A importância dada aos seus ensinamentos é denotada pela introdução geográfica do livro *Philippe II et le Franche-Comté*, publicado por Febvre em 1911, introdução geográfica que se tornaria marca das monografias produzidas sob orientação dos historia-

dores da École. As preocupações de Febvre com a Geografia dariam origem ainda ao estudo *La terre et l'évolution*, datado de 1922.

Mas, se, para o fundador dos *Annales*, o meio geográfico não devia ser descuidado pelos historiadores, estes deviam, por sua vez, cuidar-se para não cair no determinismo geográfico. E Febvre participa do debate entre La Blache e Friedrich Ratzel sobre essa questão, apoiando La Blache contra as posturas deterministas do geógrafo alemão¹¹.

A questão do meio geográfico marca indelevelmente a obra de Braudel. A primeira parte de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949) é dedicada ao que Braudel denomina Geo-História. E, ainda que Braudel tenha sido acusado de determinista, por enfatizar o que denomina “prisões de longa duração”, constituídas pelas estruturas mentais e as condições geográficas¹², é inegável que, apesar das influências de La Blache ou mesmo Ratzel (cujas idéias sobre geo-política inspiraram Braudel), predomina em sua obra o olhar do historiador, para quem as condições geográficas fazem parte da História. Braudel pretendia, segundo sua própria afirmação, obrigar os geógrafos a prestar mais atenção ao tempo, o que considerava tarefa relativamente fácil; e os historiadores a inquietar-se mais com o espaço, o que julgava ser um empreendimento bastante árduo¹³.

Essa sensibilidade para com as condições do meio não foi esquecida pela terceira geração. Emmanuel Le Roy Ladurie dedica-se ao estudo do clima, publicando, em 1973, significativo artigo em “Le territoire de l'historien”, republicado no ano seguinte em *Faire l'Histoire: nouveaux objets*. O determinismo geográfico é afastado de antemão. Dirá Ladurie que “o objetivo da história climática não é explicar a história humana”¹⁴.

A história do clima abre novas fronteiras, e Ladurie enfatiza que ela permite que os historiadores se coloquem ao lado dos cientistas da natureza, embora inicialmente apenas para provê-los de dados, encontrados em documentação arquivística, de acesso e leitura difíceis para os que não têm formação adequada. Vale notar que, para justificar essa visão da História como ciência auxiliar dos estudos climáticos, Ladurie cita Pierre Chaunu, quando este diz que, “o historiador da economia devia de início, modestamente,

fornecer materiais básicos aos economistas profissionais”¹⁵. Afirmção contestada por Vilar, quando este discute as fronteiras entre a História econômica e o que denominou econometria retrospectiva, preconizando maior autonomia para os historiadores.

Outra aproximação realizada pelos fundadores dos *Annales* foi com a Sociologia. Durkheim, que assumira o posto de professor da *École Normale* na mesma época em que Bloch ingressou como aluno, teve sua influência reconhecida. Em 1935, Bloch refere-se à importância que a revista *Année Sociologique*, fundada por Durkheim em 1898, teve para os historiadores de sua geração¹⁶. Mais do que da Geografia, Bloch se aproximará da Sociologia. *Les Rois Thaumaturges*, publicado em 1924, traz a marca dos ensinamentos durkheimianos. Bloch se refere ao seu objeto de estudo – a crença na capacidade curativa dos reis na França e na Inglaterra – como “representações coletivas” ou “consciência coletiva”, conceitos fundamentais no pensamento de Durkheim¹⁷.

O diálogo com a Sociologia e a demarcação das fronteiras entre as duas ciências levanta diversas questões teóricas. Em artigo denominado “Histoire et Sociologie”¹⁸, Braudel sistematiza seus principais pontos. Em primeiro lugar, observa a existência de várias maneiras de fazer História, assim como haveria diversas maneiras de fazer Sociologia. Portanto, antes de iniciar qualquer debate é preciso saber quem são seus interlocutores. Como exemplo, observa que Georges Gurvitch se entenderia melhor com ele – Braudel – do que com Henri Marrou, com quem Gurvitch estabelecia na época acirrada polêmica sobre a continuidade e a descontinuidade na História¹⁹.

A primeira questão tratada por Braudel é a velha idéia de que caberia à Sociologia o estudo das regularidades sociais enquanto a História se ocuparia das singularidades, dos fatos únicos. Replica Braudel que, desde o início do século, alguns historiadores, como Paul Lacombe e François Simiand já se haviam insurgido contra essa convicção. E acrescenta que foi justamente a necessidade de ultrapassar a história “évènementielle”, dos acontecimentos singulares, o que levou os historiadores ao diálogo com as outras ciências sociais, e à absorção de seus ensinamentos.

Outra questão abordada é a definição da História como ciência do passado, enquanto a Sociologia dedicar-se-ia ao estudo do presente. Afirma Braudel : “A História é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é o estudo do social, de todo o social e, portanto, do passado; e por isso também do presente”. E cita Febvre quando este diz : “História, ciência do passado, ciência do presente”²⁰.

Não há como não lembrar aqui de *Apologie pour l’Histoire ou Métier d’historien*, de Marc Bloch, em que o tema é abordado em três sub-títulos bastante significativos: “Dos limites do atual e do inatual”; “Compreender o presente pelo passado”, e “Compreender o passado pelo presente”²¹. Discutindo essas questões, Bloch se refere, com fina ironia, a um professor, já muito velho, que tivera no liceu e que costumava vaticinar: “De 1830 para cá já não é História, é política.” Hoje, brinca Bloch, já não se diria é política, mas, “num tom respeitoso”: é Sociologia; ou “com menos consideração: é jornalismo.

Essa discussão está imbricada obviamente com a que envolve a objetividade/cientificidade do saber histórico, pois o que estava em jogo era justamente a dificuldade do historiador manter-se imparcial em sua avaliação da história que lhe era contemporânea, mal que, sabe-se lá por que, não acometeria o sociólogo ou o economista ao lidarem com os problemas de seu próprio tempo. Sobre essa questão, Bloch comenta: “quando as ressonâncias sentimentais entram em jogo, o limite entre o atual e o inatual não se regula necessariamente pela medida matemática de um intervalo de tempo.” E, para ilustrar sua afirmação, conta que ao ser contratado como professor de liceu, foi advertido pelo reitor de que lá o século XIX não constituía problema, mas que devia ter todo o cuidado ao tratar das guerras de religião. Por isso, Bloch recusava-se a conceber os historiadores como “um punhado de antiquários ocupados, por deleite macabro, em desenfaixar os deuses mortos”²².

Mas voltemos às considerações de Braudel sobre essa questão, condensadas na afirmação:

A História, na medida em que integra todas as ciências do homem, na imensa área do passado, é síntese, orquestra. E, se o estudo da duração sob todas as suas formas lhe abre, como penso, as portas do atual, então encontra-se em todos os lugares do banquete. E encontra-se geralmente ao lado da Sociologia (que é também síntese por vocação) à qual a dialética da duração obriga a voltar-se para o passado, quer o queira, quer não²³.

Para Braudel, a fronteira entre as duas ciências não pode ser nitidamente definida e as contribuições são múltiplas, tanto na abordagem dos fenômenos sociais, quanto no próprio vocabulário empregado por elas. Por onde passam então as fronteiras entre as duas? Braudel é taxativo: “Os dois ofícios, no seu conjunto, têm os mesmos limites, a mesma circunferência”²⁴.

Para ele, a discussão levantada prematuramente por Bloch sobre a ênfase na continuidade atribuída à História e a ênfase na descontinuidade, atribuída à Sociologia, é inútil, pois a História trabalha com várias durações. E, se ainda não havia uma Sociologia preocupada com o tempo curto – dos acontecimentos – ou com o tempo médio – das conjunturas –, no plano da longa duração ou das estruturas História e Sociologia se confundem, superando as contradições ilusórias entre uma abordagem sincrônica e outra diacrônica²⁵.

Outra aproximação importante da *École des Annales*, realizada desde os primeiros tempos, foi com a Economia, que será marcante sobretudo na era de Braudel. Daí advêm as questões relacionadas às conjunturas e às estruturas, que lhe eram tão caras. Em 1933, Ernest Labrousse publicou seu estudo *Equisse du mouvement des prix et des revenus aux XVIIIe siècle*, sobre a economia de *ancien régime*, abordando seus aspectos estruturais e conjunturais. Um ano antes, François Simiand havia publicado *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix*, aplicando métodos estatísticos para a construção de séries de preços, inaugurando o que Pierre Chaunu denominou História serial.

A chegada da quantificação à História, por meio da história dos preços, serviria para dar-lhe nova garantia de cientificidade, constituindo também mais um argumento para a discussão epis-

temológica sobre a construção ou captação fato histórico. Afinal, o historiador, ao se defrontar com as séries de dados, não podia ter dúvidas de que ele próprio, por intermédio de procedimentos estatísticos, construía o seu objeto de investigação.

Paralelamente à História serial, praticada por historiadores da Economia, desenvolve-se uma Economia do passado, praticada por economistas. As questões teóricas subjacentes à definição das fronteiras entre as duas podem ser analisadas por meio da controvérsia que opôs Jean Marczewski e Pierre Vilar, a respeito do uso da quantificação e do estudo histórico da economia.

A História quantitativa é definida por Marczewski como “um método de história econômica que integra todos os fatos estudados em um sistema de contas interdependentes e que extrai suas conclusões sob forma de agregados quantitativos determinados integral e unicamente pelos dados do sistema”²⁶.

A explicação do funcionamento desse conjunto é dada pela teoria do equilíbrio geral, que afirma que todo fato econômico depende do conjunto do sistema em que se insere²⁷. Mas Marczewski deixa claro que, além dessas variáveis dependentes, que fazem parte do sistema, há que levar em consideração as variáveis independentes, de ordem qualitativa, que interferem no conjunto, sem, no entanto, invalidar as leis econômicas. Ao tratar da obra de Labrousse e seus discípulos observa que “apesar dos progressos notáveis que lograram no emprego de instrumentos econômicos e estatísticos para a análise histórica”, eles não partiam da teoria do equilíbrio geral, nem procuravam enriquecer a teoria econômica trazendo os dados que lhe faltavam, mas ao contrário, serviam-se dela e da quantificação para ampliar seus meios de investigação histórica. Enfim, não eram economistas, mas historiadores²⁸.

Essa questão já havia sido discutida por Chaunu que, polemizando com Marczewski, afirmara: “O historiador não ganha forçosamente por imitar o economista, e o economista tampouco, se se improvisa de historiador”²⁹. O que Vilar propõe é que ambos assimilem exigências, atitudes e hábitos da outra disciplina, de modo que o historiador consiga mover-se no espaço econômico e que o economista não se desoriente quando retroceda no tempo.

Mas, observa Vilar, escrevendo em 1965, aquela não era uma época que ajudasse a que conselho tão modesto fosse seguido, pois enquanto as ciências humanas se achavam “fascinadas pelos êxitos das ciências físicas, pelos progressos da teoria e dos instrumentos da informação, pelas novas matemáticas”, as ciências econômicas “bem mais avançadas na formulação matemática de seus problemas, acreditavam-se autorizadas a propor modelos”³⁰.

A História se veria, então, pressionada, como diz Vilar, a sair de seu “estado de descrição impressionista”, de sua qualidade de “pobre ciência de conjecturas”, para manter “o reconhecimento de seu caráter científico”, por tanto tempo negado. Mas sentia-se tímida diante das inúmeras técnicas a integrar e incerta quanto à sua capacidade de conjugá-las. Para Vilar, a resposta dada por Labrousse a essa necessidade de incorporar a quantificação é plenamente satisfatória e ele se pergunta se Marczewski “não está incorrendo em algumas confusões acerca dos fins, definições e possibilidades da História econômica, se esta quer ser, antes de tudo, História”³¹. E enfatiza que se trata de um debate epistemológico. Para ele, a história não deveria, como queria Chaunu, ser apenas, mesmo que inicialmente, auxiliar dos economistas, conforme afirmação já citada. E prefere outra idéia expressada por Chaunu, quando este diz que a História deve auxiliar todas as ciências humanas, desde que haja mútua reciprocidade. Mas, adverte Vilar, a História, como “uma ciência que dá ao fato humano sua dimensão no tempo”, não deve ser reduzida a uma técnica, mas auxiliar as outras ciências do social, como método de pensamento, como modo de análise.

Sobre o modelo de contabilidade nacional, proposto por Marczewski, Vilar diz que não nega que constitua “um dos instrumentos melhor provados de análise econômica”, mas que quando se aplica essa fórmula ao passado, deve-se verificar que tenha sido, se não conhecida na época, pelo menos concebível para a época, para que sua utilização não seja ilegítima. Esse modelo seria, portanto, um instrumento entre outros para a história, e dever-se-ia ter todo o cuidado para não empreender análises anacrônicas.

Vilar combate, ainda, a afirmação de Marczewski de que o objeto de estudo do historiador seria o fato único – velha afirmação positivista, que segundo Vilar, “durante tanto tempo, confundiu a técnica da história com seu objeto, o estabelecimento do fato com a investigação do fenômeno”³².

Quanto à crítica de Marczewski de que os historiadores, apesar de seus avanços na quantificação, teriam tido pouco êxito na modificação de seus métodos “tradicionais”, Vilar responde: “Ou a História inteiramente quantitativa é a única forma científica da História econômica, e esta deve renunciar a seus objetivos, ou estes objetivos se mantêm, e a História inteiramente quantitativa, sendo historicamente parcial, só acrescentará nosso poder de análise da mesma forma que os instrumentos precedentes”³³.

Para Vilar, “pode e deve existir uma econometria retrospectiva a serviço da análise econômica, para a qual, mediante a descoberta e a crítica das fontes, a história é – segundo Chaunu – uma auxiliar. Pode e deve existir uma história econômica, a serviço da história, e para ela a ‘auxiliar’ é a ciência econômica, que lhe ensina os procedimentos, lhe sugere os raciocínios, lhe precisa os conceitos, lhe oferece inclusive os modelos”³⁴. Pois, a tarefa do historiador, que é bastante pesada, “consiste em apreender, em uma interdependência muito mais vasta que a contabilidade nacional, os mecanismos de todo o conjunto histórico em que o homem vive, cria, luta e morre”³⁵. O que Vilar tentava preservar, portanto, nesse encontro com a Economia, era o olhar particular do historiador sobre os fenômenos econômicos, integrando-os aos outros fenômenos sociais, na procura da apreensão da totalidade da vida humana.

É importante assinalar que o uso da quantificação pelos historiadores, inaugurado no trato dos fenômenos econômicos, migrou para outros aspectos do social. Em 1955, no Congresso de Ciências Econômicas de Roma, é apresentada, pela primeira vez de modo sistemático, uma metodologia para o estudo das estruturas e relações sociais, baseada na quantificação³⁶. A História social distinguir-se-ia, a partir daí, como campo específico de pesquisa, contrariando a idéia de Febvre e Bloch de que toda a História deveria ser uma História social, no sentido de que deveria

apreender de forma integrada todos os aspectos da vida social dos grupos humanos.

A nova concepção foi descrita por Albert Soboul, num artigo denominado “Description et mesure en histoire sociale”, publicado em 1967:

A História social não é só um estado de espírito, pretende ser também disciplina particular entre os conjuntos das ciências históricas. Neste sentido preciso, ocupa-se do estudo da sociedade e dos grupos que a constituem tanto nas suas estruturas quanto sob o ângulo da conjuntura, no tipo cíclico de igual modo que na longa duração. Daí mudanças de método, o ultrapassar de estádio descritivo e o recurso necessário à medida e ao quantitativo³⁷.

Estruturas, conjunturas, quantificação. As lições da História econômica foram bem aprendidas. Soboul deixa clara essa relação ao argumentar que o próprio título da revista, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, consagrou uma expressão – história econômica e social – que fazia da história social mero apêndice da história econômica, e acrescenta que os progressos espetaculares desta última não foram seguidos pela história social justamente pela falta de um método específico. O uso da quantificação faria com que os historiadores do social ultrapassassem a mera descrição. Diz Soboul: “Quando muito, a História social tratava do estudo das condições materiais de existência, dos modos de vida, dos níveis de fortuna, em descrições fragmentárias e muitas vezes anedóticas. Daí o atraso da história social”³⁸.

Pode-se depreender das palavras de Soboul a idéia de que a quantificação daria outro grau de cientificidade ao estudo das relações sociais, garantindo-lhe o *status* atingido pelos estudos históricos do econômico. Historiador por formação, Soboul não reduz a História social à quantificação, reconhecendo a necessidade da abordagem qualitativa, mas, sem dúvida, considera que a medida conferiria maior precisão analítica e credibilidade científica às suas investigações.

Não se deve esquecer que a quantificação já havia atingido também outro campo da investigação histórica: a História da religião. Na época de Febvre e Bloch, também lecionava na faculdade de Estrasburgo Gabriel Le Bras, pioneira nos estudos de

Sociologia religiosa. Em 1931, Le Bras, publicara o artigo “Statistique et histoire religieuse. Pour un examen détaillé et pour une explication historique de l'état du Catholicisme dans diverses régions de France”³⁹. Nele, Le Bras afirmava que o processo de descristianização na França podia ser mensurado através de índices objetivos e indicava os procedimentos metodológicos adequados para isso. Os trabalhos de Le Bras, reunidos em 1956 nos *Études de Sociologie Religieuse*, foram decisivos para a renovação dos estudos históricos sobre o cristianismo na França, influenciando historiadores do porte de Jean Delumeau.

Uma apreciação dos resultados obtidos nessa área pode ser feita por meio do livro de Jean Quéniart, *Les hommes, l'Église et Dieu dans la France du XVIII^{ème} siècle*, publicado em 1978, que apresenta uma síntese desses estudos. Na introdução, Quéniart observa:

A demografia histórica, que desvenda os comportamentos diante da vida, do amor, da família ou da morte, a história sócio-cultural, através do estudo das concepções e das realizações educativas, dos livros publicados, das leituras e, de modo mais difuso, vários outros domínios da história social, nos trazem informações fundamentais e mensuradas sobre as atitudes concretas, que são também índices sobre a força da ligação com o sobrenatural⁴⁰.

Temos aqui mencionada outra área das ciências humanas com a qual a História estabeleceria profícuo diálogo: a Demografia. A partir de 1930, historiadores da economia passaram a incluir dados demográficos em seus estudos. Em 1946 saíram publicados dois artigos importantes: “Les crises de subsistance et la démographie de la France d'Ancien Régime”, de Jean Meuvret e “Pour une Histoire de la population”, de Charles Chevalier; mas foi em 1956, com *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population. Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, de Michel Fleury e Louis Henry, que a metodologia de pesquisa da Demografia histórica foi sistematizada na França⁴¹.

A partir daí, muitas vezes as histórias econômica, social e demográfica confundiram-se. Como observa André Burguière, em artigo publicado em 1974, em “Faire l'Histoire: nouvelles approches”: “A demografia da época pré-industrial e pré-estatis-

tica (que, nós, na França, chamamos de época moderna) beneficiou-se incontestavelmente com o efeito de impulso de uma escola histórica que se renovava e que, partindo do estudo serial dos preços, era levada a deslocar a sua problemática da produção para a população, e da população para a sociedade”⁴².

A utilização de sofisticado arsenal de métodos de análise estatística conferia de antemão à demografia histórica “uma base científica sólida”, que garantiria ao investigador “uma espécie de legitimidade *a priori*”, como afirma Burguière, mas essa rigorosa metodologia era utilizada na análise de um universo precário, do ponto de vista das fontes, o que levava a análises monográficas e fragmentárias, que antes de compor uma síntese, pareciam por em questão as conclusões já alcançadas pelo estudo de outras regiões ou de outros fenômenos populacionais específicos. Esse quadro configura o que Burguière chama de demografia “em migalhas”.

Os comentários de Burguière demonstram que uma outra exigência era cobrada à uma História que se pretendia científica. Além do rigor metodológico, confundido à época com quantificação, a necessidade de se chegar a generalizações que permitissem ultrapassar o fato único pela construção de modelos. Diz Burguière: “É preciso combinar uns com os outros, as taxas de fecundidade, os espaços entre os nascimentos, a idade no casamento, e taxa de mortalidade, para construir um modelo, ou seja, um comportamento simulado”⁴³.

Os estudos demográficos deixaram claro que a análise dos dados populacionais não poderia ser feita apenas considerando-se os aspectos quantitativos. A questão dos comportamentos, desvendados pelas variações de diferentes taxas demográficas, levou os historiadores à consideração dos aspectos mentais que envolviam os diferentes modos de agir, como observara Quéniart com relação à religiosidade. Da população à mentalidade. Os herdeiros dos *Annales* voltavam-se para um tema que havia interessado particularmente os fundadores da revista.

Um dos professores de Febvre na *École Normale Supérieure* foi o antropólogo Lucien Lévy-Bruhl, cujo conceito de “pensamento pré-lógico” ou “mentalidade primitiva” foi fundamental para que Febvre formulasse seu próprio conceito de mentalidade

ou *ouillage mental*, conceito desenvolvido na obra *Le problème de l'incroyance aux XVIe siècle : la religion de Rabelais*, publicado em 1942. Mas a atenção às atitudes mentais é anterior a esse livro e aparece já em *Un destin: Martin Luther*, de 1928, considerado por alguns como um estudo de psicologia histórica⁴⁴.

Segundo Febvre, essa pequena biografia do fundador do protestantismo tinha a finalidade de colocar “o problema das relações do indivíduo com a sociedade”⁴⁵. Esse problema levou-o a aproximar-se da Psicologia, e as questões nascidas dessa aproximação são discutidas num texto de 1938, também publicado posteriormente nos *Combats*.

Febvre inicia o texto por uma defesa da interdisciplinaridade: “As grandes descobertas são feitas nas próprias fronteiras das ciências”. Daí porque a Psicologia, identificada como “conhecimento científico da função mental”, devia estabelecer relações estreitas com a Sociologia, “conhecimento científico da função social”, e ambas com a História, classificada como conjunto de “disciplinas mal definidas”⁴⁶. E qual seria o campo de discussão das respectivas atribuições dessas ciências? Exatamente o binômio indivíduo-sociedade. E Febvre expõe as idéias que haviam orientado seu método de abordagem da vida de Lutero: em todo indivíduo haveria um conjunto de traços reunidos de uma forma particular, mas ao mesmo tempo ele seria parte de uma sociedade determinada e datada.

Para Febvre, a Psicologia histórica apresenta um problema especial, pois trata de homens de outros tempos, muito diferentes de nós mesmos. E sempre corre-se o perigo de interpretações anacrônicas das idéias e sentimentos dos homens do passado. Além disso, cabe ao historiador não só reconstruir os traços psicológicos dos homens que o antecederam, mas também explicá-los, relacionando-os às condições gerais de existência. Por isso, uma Psicologia histórica válida deve nascer do acordo negociado claramente entre o psicólogo e o historiador, num trabalho de equipe. E, além deles, seria preciso recorrer a toda uma série de alianças. Com filólogos, pois a linguagem é fundamental para a formação da mentalidade – tese demonstrada com maestria no estudo sobre Rabelais. Não devemos esquecer das relações de Febvre com

o lingüista Antoine Meillet, e com exegetas da iconografia, como o historiador da arte Émile Mâle, que também influenciou na sua formação. E Febvre termina o texto incentivando este trabalho interdisciplinar, com o objetivo de integrar uma psicologia histórica – ainda a ser criada – ao desenvolvimento da História.

Infelizmente essa proposta de Febvre não teve continuadores, e em que pese alguns trabalhos como os de Alain Besançon, que procura uma aproximação com a psicanálise, esse programa interdisciplinar com a Psicologia não foi avante .

Enquanto Febvre recorria aos psicólogos, Bloch estudava o mental por outros caminhos, por meio de lições tiradas da Sociologia de Durkheim, como já foi referido, ou da antropologia de James Frazer e Lévy-Bruhl, o que levou seu livro sobre a crença no poder curativo dos reis em França e Inglaterra a ser considerado também, além de precursor da história das mentalidades, um estudo de antropologia política⁴⁷.

Retomada em fins dos anos 60 pela terceira geração, o interesse pelas mentalidades, se não reabriu o diálogo com a Psicologia, motivou um estreitamento de laços com a Antropologia. Como a concepção do conceito de mentalidade como *ouillage mental*, tal como foi usado por Febvre em *Rabelais* e suas consequências metodológicas, que passavam pela exigência de acurada análise etimológica e lingüística, não teve seguidores, o conceito acabou por tornar-se impreciso, quando retomado pela terceira geração. Para essa imprecisão, basta ler o artigo de Le Goff, publicado em “Faire l’histoire: nouveaux objets”, em 1974. O título por si só indica as dificuldades na delimitação desse novo campo: “As Mentalidades. Uma história ambígua”.

Nesse texto são múltiplas as referências à contribuição de outras ciências. O historiador das mentalidades deve travestir-se de etnólogo, mas também de sociólogo, deve aproximar-se ainda do psicólogo social, e não esquecer os aportes da quantificação, do estruturalismo e mesmo do que Le Goff denomina arqueopsicologia. São também múltiplas as questões abordadas: as relações entre o individual e o coletivo, a longa duração e o cotidiano, o inconsciente e o intencional, o estrutural e o conjuntural, o marginal e o geral. E Le Goff, reconhecendo a indefi-

nição das fronteiras desse novo campo da História, esboça, de antemão, uma defesa: “Apesar, ou melhor, por causa de seu caráter vago, a História das mentalidades encontra-se em vias de estabelecer-se no campo da problemática histórica”⁴⁸.

Além dos trabalhos já referidos de Febvre e Bloch, os estudos sobre a mentalidade haviam produzido nos anos 30 outra obra magistral: *La Grande Peur de 1789*, de Georges Lefebvre, publicado em 1932. Ao ser retomada nas décadas de 60 e 70, a História das mentalidades deu origem a trabalhos fundamentais como *Lenfance et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, de Philippe Ariès, publicado em 1960; *Magistrats et sorciers en France au XVII^{ème} siècle*, de Robert Mandrou, publicado em 1968; *Piété baroque et déchristianisation*, de Michel Vovelle, publicado em 1973; *Montaillou Village Occitan*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, publicado em 1975; *Pour un autre Moyen Âge*, de Jacques Le Goff, publicado em 1977; *La Peur en Occident*, de Jean Delumeau, publicado em 1978; *Les trois ordres et l'imaginaire du féodalisme*, de Georges Duby, publicado também em 1978.

Nos anos 80, no entanto, a História das mentalidades viu-se bombardeada por críticas inspiradas nas mais diferentes influências, desde o marxismo até Michel Foucault, passando pela Antropologia de Cliford Geertz ou Marshall Sahlins. Como aponta Vainfas, o conceito de mentalidades sofreu críticas “de fora”, feitas por historiadores que rejeitaram a própria temática das mentalidades, apontando sua “debilidade explicativa”; e críticas “de dentro”, dos que praticavam a História das mentalidades, mas se achavam insatisfeitos com a pouca “solidez teórica” do seu conceito fundamental⁴⁹.

Dos marxistas, a História das mentalidades sofreu os mais acirrados ataques. As críticas já dirigidas às gerações anteriores foram radicalizadas e multiplicadas: indigência teórica, fragmentação, temáticas exóticas, supérfluas, ou periféricas, reacionarismo e até irracionalismo. Autores como Guerreau⁵⁰, Fontana⁵¹ e, no Brasil, Ciro Cardoso⁵² foram veementes e inflexíveis. Outros, no entanto, como Guy Bois⁵³ e Pierre Vilar⁵⁴, apesar de apontarem alguns problemas, viram valores positivos na *Nouvelle Histoire* e procuraram seus campos de confluência com o marxis-

mo. Alguns, foram mais radicais no caminho da conciliação, como Michel Vovelle, que, se auto-denominando marxista, dedicou-se à História das mentalidades, num movimento que batizou sugestivamente como “do porão ao sótão”⁵⁵. E ainda houve os que, mesmo não se declarando marxistas, incorporaram questões advindas do marxismo ao estudo das mentalidades, como Carlo Ginzburg fez com as classes sociais⁵⁶; e Duby⁵⁷, com as relações entre mentalidade e ideologia.

Em 1987, François Dosse publica *L'Histoire en miettes. Des Annales à la Nouvelle Histoire*, fixando o termo “história em migalhas” para expressar uma das principais críticas dirigidas à História das mentalidades ou Nova História: a sua fragmentação teórica e temática, que a desqualificava como conhecimento científico.

Outra questão que se destacava em meio às críticas era a forma desvinculada dos aspectos econômicos e sociais com que as mentalidades eram tratadas por muitos. Essa questão aparece nas críticas feitas por Vovelle à obra de Ariès sobre a transformação das atitudes diante da morte no Ocidente. Vovelle que havia tratado do tema em 1973, em *Piété baroque et déchristianisation*, utilizando-se, inclusive fartamente de metodologia quantitativa, acusa Ariès, cujo trabalho foi publicado em 1977 com o título *L'homme devant la mort*, de negligenciar as relações entre as mudanças de mentalidade em relação à morte e as transformações sociais e econômicas pelas quais a Europa Ocidental tinha passado no período estudado⁵⁸.

Em meio a tantos debates, incluindo as mais diferentes questões e marcados pelo diálogo entre diversas concepções teóricas, nascidas de variadas tradições de pensamento, o conceito de mentalidade foi sendo abandonado, embora, como aponta Vainfas, o tema das mentalidades se encontre na ordem do dia, ganhando “espaço definitivo nos centros de produção historiográfica”⁵⁹.

Outros conceitos, surgidos também a partir das mais diversas influências foram então sendo forjados para abordar a temática das mentalidades: circularidade cultural, concebido por Ginzburg, inspirado em Mikhail Bakhtin, para estudar as trocas entre a cultura popular e a erudita⁶⁰; representação e apropria-

ção, usados por Chartier para apreender os movimentos da cultura, entendida como prática⁶¹.

Em que pese outras influências, de modo geral pode-se afirmar que a grande fronteira aberta pela História Nova foi com a Antropologia, o que deu origem, a partir dos anos 80, à História Cultural, que – segundo Vainfas – tornou-se refúgio mais consistente para os historiadores das mentalidades, “posto que, em suas principais versões, procurou defender a legitimidade do estudo do ‘mental’ sem abrir mão da própria História como disciplina ou ciência específica (...) e buscando corrigir as imperfeições teóricas que marcaram a corrente das mentalidades dos anos 70”⁶².

Novamente nos defrontamos com as duas principais questões colocadas e recolocadas desde que, nos anos 30, os *Annales* abriram as fronteiras da História, ocupando territórios das outras ciências do social: a necessidade de precisão teórica como garantia de cientificidade, o que levou à importação de conceitos, métodos e técnicas de outras disciplinas; e a necessidade de, em meio a tantos empréstimos, manter a abordagem específica do historiador, garantia da permanência da História no quadro das Ciências Sociais.

No panorama atual, essas questões mostram-se cada vez mais complexas. Por um lado, temos um alargamento sem precedentes das fronteiras da História levando à multiplicação praticamente *ad infinitum* de suas especialidades, cada qual com temas, teorias, métodos, técnicas e debates próprios.

Por outro, temos o sucesso alcançado, no pensamento ocidental, pelo paradigma pós-moderno⁶³ que, com seu relativismo absoluto, relega qualquer conhecimento à mera forma discursiva, fruto de “processos de semiose e interpretação (...) impossíveis de ser hierarquizados”. A partir dessa perspectiva, observa Ciro Cardoso, não há História, mas histórias. Discursos pontuais, “ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são universais”⁶⁴.

De Hayden White, para quem a História é simplesmente um gênero de narrativa⁶⁵, a Fukuyama⁶⁶, para quem a história tornou-se desnecessária com o triunfo definitivo da democracia libe-

ral, colocam-se diante da História hoje grandes impasses, exigindo novas respostas.

Cabe aos historiadores usar sua imaginação criadora para impedir que a História, discurso entre discursos, dissolva-se num mundo pós-moderno e neo-liberal, onde, como afirmou Perry Anderson, “tudo se dissipará em meio à rotina trivial e monótona de fazer compras e votar”⁶⁷.

NOTAS

¹BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo, UNESP, 1991.

²MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre: História*. São Paulo, Ática, 1978, p. 07.

³BURKE. *op. cit.*, p. 126.

⁴FEVRE. *Combats pour l'histoire.*, p. 104.

⁵*Idem*, pp.105-106.

⁶GUERREAU, Alain. *O Feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa, Edições 70, s/d, p. 142 e FONTANA, Josep. *Historia: Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona, Grijalbo, 1982, p. 203.

⁷*Idem*.

⁸FONTANA, *op. cit.*, p. 205.

⁹*Idem*, p. 208.

¹⁰BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa/São Paulo, Presença/Martins Fontes, 1976, p. 66.

¹¹BURKE, *op. cit.*, p. 26.

¹²Tese discutida por Michel Vovelle em *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 298-331.

¹³BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. Paris, Armand Colin, 1966, t. II, p. 295.

¹⁴LE ROY LADURIE, Emmanuel. “O clima”. In *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 13.

¹⁵*Idem*.

¹⁶BURKE. *op.cit.*, p. 26.

¹⁷BLOCH, Marc. *Los reyes taumaturgos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 24.

¹⁸BRAUDEL. *op. cit.*, 1976, pp. 121-150.

¹⁹*Idem*, p. 124.

²⁰*Idem*, p. 133.

²¹BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1963, pp. 39-46.

²²*Idem*, p. 38.

²³BRAUDEL. *op. cit.*, 1976, pp. 134-135.

²⁴*Idem*, p. 140.

²⁵*Idem*, p. 146.

²⁶MARCZEWSKI, Jean e VILAR, Pierre. *Qué es la historia cuantitativa*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973, p. 19.

²⁷*Idem*, p. 52.

²⁸*Idem*, p. 54.

²⁹*Idem*, p. 73.

³⁰*Idem*, p. 74.

³¹*Idem*, p. 75.

³²*Idem*, p. 79.

³³*Idem*, p. 81.

³⁴*Idem*, p. 85.

³⁵*Idem*, p. 97.

³⁶CARDOSO, Ciro Flamarion Santana e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 352.

³⁷SOBOUL, Albert. "Descrição e medida em Ciências Sociais". In *A História Social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa, Edições Cosmos, 1973, p. 28.

³⁸*Idem*, p.31.

³⁹*Révue d'Histoire de l'Église de France*, oct. 1931, pp. 425-449.

⁴⁰QUÉNIART, Jean. *Les hommes, l'Église et Dieu dans la France du XVII^{ème} siècle*. Paris, Hachette, 1978, pp. 11-12.

⁴¹CARDOSO e BRIGMOLI. *op. cit.*, p. 123.

⁴²BURGUIÈRE, André. "A Demografia". In *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 60.

⁴³*Idem*, p.61

⁴⁴VAINFAS, Ronaldo. "História das Mentalidades e História Cultural". In *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 132.

⁴⁵FEBVRE, Lucien. *Martin Lutero: un destino*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 09.

⁴⁶FEBVRE, "História e Psicologia segundo Febvre". In *op. cit.*, 1978, p. 108.

- ⁴⁷VAINFAS. *op. cit.*, p. 132.
- ⁴⁸LE GOFF, Jacques. "Mentalidades: uma História ambígua". In *História: novos objetos*, p. 78.
- ⁴⁹VAINFAS. *op. cit.*, p. 144.
- ⁵⁰GUERREAU. *op. cit.*, pp. 132-134.
- ⁵¹FONTANA. *op.cit.*, pp. 209-211.
- ⁵²CARDOSO. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp.95-102.
- ⁵³BOIS, Guy. "Marxismo e História Nova". In *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 242-247.
- ⁵⁴VILAR, Pierre. "História marxista, História em construção". In *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 146-178.
- ⁵⁵VOVELLE. *op. cit.*, pp. 09-31 e 107-126.
- ⁵⁶GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988 e *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- ⁵⁷DUBY, Georges. "História Social e ideologia das sociedades". In *História: novos problemas*. pp. 130-145.
- ⁵⁸VOVELLE. *op.cit.*, pp. 127-150.
- ⁵⁹VAINFAS. *op.cit.*, p.144.
- ⁶⁰BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 1987.
- ⁶¹CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. São Paulo, DIFEL, 1991.
- ⁶²VAINFAS. *op.cit.*, p. 148.
- ⁶³HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1989.
- ⁶⁴CARDOSO, "Introdução". In *Domínios da História*. p. 15.
- ⁶⁵WHITE, Hayden. *Meta-História, a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1995.
- ⁶⁶FUKUYAMA, Francis. *O fim da História*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- ⁶⁷ANDERSON, Perry. *O fim da história. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992, p.13.